

**Patrimônio aos olhos de quem?
Um breve estudo sobre a construção do conceito ‘Patrimônio Histórico’**

*Jandson Bernardo Soares^I
Wendell de Oliveira Souza^{II}*

Resumo: Este artigo é produto de uma investigação empreendida na disciplina Memória e Patrimônio Histórico, sob orientação da profa. Margarida Dias^{III}, durante o segundo semestre de 2013. A execução desta disciplina foi pensada a partir da metodologia da pesquisa histórica, nesta os alunos deveriam responder a uma problemática em comum amparado no diálogo com uma bibliografia específica e no uso de fontes históricas, neste caso, as Cartas Patrimoniais. A problemática que norteou as discussões em sala, e a construção do texto, foi como e quando surgiu o conceito de patrimônio histórico. Elencamos um quadro histórico que permitiu a organização das transformações do conceito em seis momentos: o Renascimento Cultural; Iluminismo; a Revolução Francesa; a Revolução Industrial; a emergência dos Estados-nações e dos nacionalismos; e, o pós Segunda Guerra Mundial na segunda metade do século 20.

Palavras chave: Patrimônio Histórico. Patrimônio Cultural. Globalização. Democratização

Historical patrimony: who says that? A brief study about the concept of “historical patrimony”

Abstract: This article is the product of research undertaken during the discipline Memory and Historical Patrimony, under the supervision of Prof. Margarida Dias, during the second half of 2013. The execution of this discipline was designed based on the methodology of historical research, in which students must answer a common problematic, supported by the dialogue with a specific literature and the use of historical sources, in this case, the Patrimonial Letters. The problem that guided the discussions in class, as well as the construction of this text, was how and when the concept of historical patrimony emerged. We selected a historical framework that permitted us to organize the transformations of this concept into six phases: the Cultural Renaissance, the Enlightenment, the French Revolution, the Industrial Revolution, the emergence of nation-states and nationalism, and the post-World War II in the second half of the 20th century.

Key-words: Historical Patrimony. Cultural Patrimony. Globalização. Democratização

Artigo recebido em 26/03/2014 e aceito em 01/04/2014.

Introdução

A relação Capital/Trabalho se alterou de forma bastante significativa nos últimos 80 anos. Estas alterações são impulsionadas no contexto de Crise e Contestação do Liberalismo – expressa de forma mais singular com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929 e com a ascensão dos regimes Totalitários na Itália e na Alemanha, principalmente – e na intervenção do Estado na economia. Dentre essas, transformações, podemos citar o direito às férias remuneradas. Direito de todos os cidadãos que possuem vínculo empregatício formalizado, as férias trouxeram consigo novas práticas e, com isso, um novo campo lexical, o qual abarca o termo viagem. Afinal, essa é uma das primeiras imagens que nos vem à cabeça quando falamos em férias, assim como turismo – descanso associado ao lazer. Dessa forma, não é de se estranhar que ao ligarmos a televisão, os jornais de fim de semana apresentam uma série de reportagens a respeito de lugares em que se pode praticar o “não-trabalho”, ou seja, fazer turismo, os quais apontam patrimônios ambientais e históricos como possíveis roteiros para os interessados em lazer. É a indústria cultural vendendo o seu produto. Outra experiência bem comum é, ao caminhar pela cidade, deparar-se com um complexo de edificações antigas: templos religiosos, edifícios públicos e até casas de particulares – ou só a fachada da casa –, os quais sobreviveram ao tempo. Quando estes são notados, nos remetem a dimensão do passado, o qual se agrega aquele espaço em uma dança dialética entre materialidade e temporalidade, sendo entendido assim como a parte histórica da cidade. Chega-se até em pensar nas razões pelas quais alguns deles não são revitalizados, ou até mesmo restaurados.

Os dois exemplos citados acima possuem alguns elementos em comum: a ideia de que dado conjunto de bens representam o passado daqueles sujeitos; este contato com os bens patrimoniais levam a uma formulação e reformulação dialética das identidades desses sujeitos, através do reconhecimento ou estranhamento desses referenciais temporais a respeito da história do seu povo, seu estado, nação ou humanidade, se relacionam ou não com ele.

Tal percepção marca a vulgarização de um conceito: Patrimônio cultural (histórico). Entende-se por vulgarizar o ato de publicizar; de democratizar dado conhecimento. Associado a esse processo de divulgação do conceito de patrimônio, podemos citar alguns meios de difusão: os Dicionários de Língua Portuguesa; a *Wikipédia*; o *Google imagens* etc. Entendemos que estes exemplos são dignos de citação haja vista a predominância da cultura letrada escolar na sociedade, assim como, há um alavancar da internet como fonte de busca dos alunos nos diversos níveis de ensino.

O *Google imagens*, foi escolhido por dois motivos, o primeiro deles é que o Brasil tem vivido um momento de expansão no que diz respeito ao uso da *internet*, sendo, utilizada, segundo o IBGE, por mais de 77,7 milhões de brasileiros até 2011 em idade de 10 anos acima. Escolheu-se a seção imagens em vez da Web, por entender que a cultura visual cumpre um papel importante no que diz respeito ao processo de geração de sentido. Segundo o Dicionário Aurélio, Patrimônio significa, 1. *Herança paterna*; 2. *Bens de família*; 3. *Bens, materiais ou não, duma pessoa ou empresa*; 4. *Riqueza*^{IV}. Essa primeira definição mostra como a palavra patrimônio se imbrica na menor esfera da comunidade, a família e se alarga para as demais esferas sociais. No que diz respeito à pesquisa das imagens da internet, analisou-se as 100 primeiras imagens que apareciam quando se pesquisava *Patrimônio Histórico*, de forma que 68 imagens remetem à Igrejas Antigas, 22 são monumentos e estátuas, uma remete as artes plásticas, para ser mais exato a uma pintura, uma remete a dança, 8 são construções da segunda metade do século XX. Pode-se também perceber que dentre essas imagens 21 se preocupam em demonstrar essas construções inseridas em seu entorno ambiental. Tal pesquisa permite apontar alguns questionamentos: porque há um predomínio de edifícios quando se fala das imagens que ajudam a construir a ideia de

patrimônio? Por que há predominância de Igrejas? Porque o segundo elemento que tem maior visibilidade, depois das construções, são os monumentos históricos?

Para responder a essa série de perguntas, faz-se necessário pensar como o conceito de patrimônio histórico foi produzido, de forma que se pode apropriar aqui de um pequeno trecho da declaração de Sofia^V: *A História ensina e as transformações sociais decorrentes de seu dinamismo permitem constatar que o conceito de patrimônio cultural se encontra em constate processo de evolução*^{VI}.

Pensar essa dimensão histórica permite traçar marcos que tornaram possíveis a formação desse campo disciplinar que é o patrimônio histórico, dotado de um corpus profissional com aparato técnico e conceitual, fato que torna possível a definição que o Dicionário de conceitos históricos nos fornece no início do século 21 e que pode ser facilmente ampliada através de um apanhado da ampliação do conhecimento nessa área: Patrimônio cultural (Histórico) seria o

[...] complexo de monumentos, conjuntos arquitetônicos, sítios históricos e parques nacionais de determinado país ou região que possui valor histórico e artístico e compõe um determinado entorno ambiental de valor patrimonial^{VII}.

Percebe-se que diferente das primeiras percepções desse conceito feita nos momentos iniciais, essa definição está dotada de um vocabulário marcado pela especificidade, característica que marca o campo das ciências e das disciplinas.

Desta forma, esse texto visa pensar o quadro histórico que permitiu tal organização, elencando assim seis momentos chave, são eles: o Renascimento Cultural do século 15 e 16; o Iluminismo do século 18; a Revolução Francesa (fins do século 18) e a Revolução Industrial (a partir do século 18); o século 19 (momento de emergência dos Estados-nações e dos nacionalismos); e, por fim, o período imediatamente posterior à 2ª Guerra Mundial na segunda metade do século 20. É a essa dimensão histórica, a qual carta de Sofia se referia, e que iremos tratar adiante.

A história de um conceito

A palavra “patrimônio” possui nas suas origens um significado umbilicalmente ligado às estruturas familiares, significando um bem de herança que se recebe dos pais. A esta palavra, alguns adjetivos (histórico, cultural, material e imaterial) serão agregados com o tempo no processo de associação dos “monumentos” e “monumentos históricos” ao “patrimônio”. Para Françoise Choay, o uso corrente desta expressão “patrimônio histórico” é bem recente, e remonta à década de 1960.

Alois Riegl foi o primeiro a se preocupar em diferenciar e opor “monumento” a “monumento histórico”, em 1903. Enquanto o “monumento” tem sua preocupação direcionada a sua relação com a memória viva, ou seja, pela sua função identificatória; o “monumento histórico” possui sua relação com aquilo que não existe mais, com o ausente, ou seja, com os fatos históricos.

Segundo Choay, que faz uma genealogia do conceito “patrimônio”, o monumento histórico surgiu em 1420, em Roma^{VIII}. Neste sentido, duas etapas seriam importantes para se compreender as origens do monumento histórico. A primeira delas se liga a Renascença, momento de emergência dos vestígios da civilização grega e romana. A esta ‘primeira revolução cultural’, nas palavras de Choay, o estudo das “antiguidades” marcará um ponto de partida para se designar o conjunto de edifícios e/ou outras categorias de objetos que à época eram chamados de monumentos históricos pelos antiquaristas. Pode-se caracterizar este primeiro momento de compilação de inventários e estudo das antiguidades, pelos antiquários, em três fases:

PATRIMÔNIO AOS OLHOS DE QUEM?
UM BREVE ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO ‘PATRIMÔNIO HISTÓRICO’
JANDSON BERNARDO SOARES E WENDELL DE OLIVEIRA SOUZA

1. Até aproximadamente o último quarto do século XVII e, bem estendido, com exceção dos arquitetos antiquários que não cessaram, desde o *Quattrocento*, de colocar em evidência os monumentos e procurar os melhores métodos para reconstituir e dirigir os planos das cidades antigas, análises e descrições são, sobretudo, apresentadas sob a forma escrita.
2. Durante o século seguinte, o texto escrito é acompanhado de uma documentação iconográfica abundante, sobre a qual ele se apoia. Os quinze tomos de *A Antiquidade Explicada* (1719-1724) de Bernard Montfaucon comportam, assim, trinta mil figuras.
3. Durante as duas últimas décadas do século XVIII, em grande parte sob o impacto das ciências naturais e de sua análise das formas vivas, o olhar dos antiquários (como o olhar dos arqueólogos e dos primeiros historiadores da arte) torna-se mais fino: suas obras manifestam, na dialética do texto e da imagem, uma pesquisa nova da objetividade científica.^{IX}

A ‘segunda revolução cultural’, não nasceu nas cidades-estado italianas como a primeira. Mas, na Inglaterra a partir da década de 1780. O *acontecimento do maquinismo*^X levou a uma verdadeira institucionalização da conservação das antiguidades, promovidas a partir de então a monumentos históricos. Ao que nos parece, os *enclosures*, o êxodo rural, atrelado às transformações bruscas das formas de habitação nas cidades seriam possíveis explicações para este processo de institucionalização.

A obra da Revolução Francesa (1789) resultará da expropriação dos bens do clero e da nobreza transferindo-os para a nação. A partir da instalação da Primeira República (1792), sob a fase do terror, a obra dos revolucionários será destruir ideologicamente uma parte destes bens. Isto resultará em uma reação imediata para defender aquilo que foi destruído no processo revolucionário. Contudo, esta “preservação” assumiu um significado político de conservar a riqueza e a totalidade daquilo que está sendo construído enquanto patrimônio nacional.

[...] na arrancada de 1789, todos os elementos necessários a uma autêntica política de conservação do patrimônio monumental da França pareciam reunidos: criação do termo “monumento histórico”, cujo conceito é mais amplo, comparado ao de “antiguidades”; levantamento do *corpus* em andamento; administração encarregada da conservação; dispor de instrumentos jurídicos (inclusive disposições penais) e de técnicas então exclusivas^{XI}.

Constituídos pelos vestígios da antiguidade na fase ‘antiguiizante’ do *Quattrocento*, são os ingleses, na fase de consagração, que institucionalizam a preservação do monumento histórico estabelecendo *uma jurisdição de proteção e fazendo da restauração uma disciplina autônoma*^{XII}

[...] O monumento histórico entra então em sua fase de consagração, cujo término pode ser fixado por volta da década de 1960 ou, se desejarmos um outro marco simbólico, em 1964, data da redação da Carta de Veneza.

A década de 1820 marca a afirmação de uma mentalidade que rompe com a dos antiquários e com a política da Revolução Francesa. Já na década de 1850, apesar do descompasso de sua industrialização, a maioria dos países europeus consagrou o monumento histórico [...]^{XIII}

A partir deste momento, algumas ações são dignas de referência em função de servirem de marcos para a institucionalização de uma legislação e restauração dos monumentos históricos: em 1830, François Guizot, na época Ministro do Interior na França, criou o cargo de inspetor dos monumentos históricos; em 1830, foi criado também o Comitê de Trabalhos Históricos; em 1837 é criada a Comissão dos Monumentos Históricos; uma lei será promulgada em 1887, uma regulamentação vem completá-la em 1889, e em 1913 dão

forma definitiva ao Serviço dos Monumentos Históricos^{XIV}. Um órgão estatal centralizado que se assemelha, no caso brasileiro, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) criado no governo de Getúlio Vargas em 1937.

A criação de um dispositivo de segurança

O contexto de expansão do capitalismo monopolista nos fins do século XIX terá no Imperialismo a sua etapa superior, como afirmara Lênin. A busca por novos mercados consumidores e a necessidade de encontrar mercados para receber os capitais que não encontraram eco na Europa levará a partilha da África e da Ásia entre as potências europeias, os Estados Unidos e o Japão. Esta será uma das grandes causas que levaram o mundo ao conflito mais sangrento no primeiro cartel do século 20: a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Saldo de 10 milhões de mortos aproximadamente.

É também no século XIX que a crítica ao liberalismo (uma “invenção” dos Iluministas) encontrará sua organização e sistematização com as teorias socialistas e anarquistas.

A eclosão da Primeira Guerra, a Revolução Russa, a Crise do Liberalismo, a ascensão do Fascismo e do Nazismo e a iminência de um confronto mundial que resultou com um saldo negativo de mais de 50 milhões de mortos, levou a humanidade a repensar os seus projetos de futuro (ou os riscos da ausência deles). Não havia muito tempo para isso. Após o lançamento de duas bombas atômicas que fizeram “desaparecer” as cidades de Hiroshima e Nagasaki, a 6 e 9 de agosto de 1945; um conflito colocaria o mundo sob tensão ao longo da segunda metade do século 20. O risco de aniquilamento total da humanidade – riscos que já davam os seus sinais de preocupação com a criação de uma entidade “universal” em 1945 – Organização das Nações Unidas (ONU) – se configurou com uma série de políticas “internacionais” que visavam a criação de uma humanidade e um futuro menos dramático como havia sido o passado recente. O patrimônio “mundial” é uma alegoria deste dispositivo de segurança criado para configurar uma cidadania universal que extrapolaria os limites dos estados nacionais.

A Carta de Veneza^{XV} de 1964 é uma das primeiras a reportarem o valor do patrimônio para a construção da coletividade chamada humanidade, a qual deve-se unir em torno da colaboração, como pode ser visto no seguinte trecho:

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como testemunho vivo das tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade^{XVI}.

Fica clara aqui a valorização pelo passado humano e pelos elementos que o fazem sair das esferas locais e ganharem a amplitude global.

Vinte e oito anos depois, esses valores são reafirmados no início da Carta do Rio^{XVII} (1992) que, ao reafirmar a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, aprovada em Estocolmo (1972), aponta que visa-se:

[...] estabelecer uma aliança mundial nova e equitativa mediante a criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, os setores-chaves das sociedades e as pessoas, procurando alcançar acordos internacionais em que se respeitem os interesses de todos e se proteja a integridade do sistema ambiental e de desenvolvimento mundial, Reconhecendo a natureza integral e interdependente da Terra, nossa morada [...] (Carta do Rio, 1992, 01).

PATRIMÔNIO AOS OLHOS DE QUEM?
UM BREVE ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO 'PATRIMÔNIO HISTÓRICO'
JANDSON BERNARDO SOARES E WENDELL DE OLIVEIRA SOUZA

É possível observar que o patrimônio aparece como um dos elementos que podem promover esse processo de construção da ideia de pertença à globalidade, denominada como humanidade, adjetivo que o conceito de patrimônio passa a agregar diante dessa nova demanda surgida na Guerra Fria. Entretanto há uma ampliação em relação à Carta de Veneza, citada anteriormente. Nesse segundo momento, a própria terra passa a ser vista como patrimônio dessa humanidade, sendo assim sua responsabilidade, preservá-la e até mesmo restaurá-la. É o fenômeno do aquecimento global e o efeito estufa reforçando as discussões sobre o futuro do planeta.

Essa ampliação é uma característica que marca a produção do patrimônio em sua escala global, de forma que a partir do momento em que surgem novas demandas sociais, novas formas de selecionar e classificar vão surgindo, fato que permite reafirmar a natureza histórica do patrimônio, entendendo esse como uma forma metódica de selecionar o que deve ou não ser preservado.

Para isso se julgou necessária, à construção de legislações que normalizassem as formas de tratar o patrimônio que, agora, extrapola as dimensões locais. Para isso, passou-se a organizar reuniões internacionais, geralmente coordenadas pela ONU e suas diversas instâncias (como a UNESCO), para a constituição de um corpus legislativo comum ao mundo Ocidental. Esses encontros geraram documentos, os quais ficaram conhecidos como Cartas Patrimoniais.

A primeira carta que agrega o maior número de países do cone-sul são as Normas de Quito^{XVIII} (1967). Esta chama atenção para a necessidade do esforço multinacional, assim como, da urgência desse processo de difusão dos valores europeus em torno da conservação dos monumentos do cone-sul, os quais eram vítimas de um relativo abandono. Entretanto, o que mais chama atenção nesse documento é o papel que ele dá ao Estado nesse processo, ao tratar do tombamento:

Qualquer que seja o valor, intrínseco de um bem ou as circunstâncias que concorram para constituir sua importância e significação histórica ou artística, ele não se constituirá em um monumento a não ser que haja uma expressa declaração do Estado^{XIX}

Fica nítido assim que é incumbência do Estado a responsabilidade de tratar desse patrimônio em suas diversas fases, desde a produção a sua manutenção. É a Indústria Cultural sendo incentivada pelo próprio Estado. Ou seja, o Estado se apresenta como uma ferramenta de democratização da possibilidade de reconhecimento de dado patrimônio. Um exemplo disso é o Museu da Maré, onde a população através do cumprimento de dadas orientações conseguiu legitimar tal espaço como compositor de parte da memória não apenas dos sujeitos envolvidos, mas também como fazendo parte de um quadro da história nacional, dos sujeitos que deixaram suas famílias no Nordeste, em sua maioria, e partiram para o trabalho nas grandes capitais industriais brasileiras. Ao mesmo tempo em que compõe uma memória internacional, ligada ao mundo do trabalho e de desenvolvimento das grandes potências industriais.

Ignorando experiências periféricas^{XX}, até a década de 1960, a experiência de definição daquilo que deveria ser considerado patrimônio histórico partia dos referenciais espaço-temporais europeus. Aos países periféricos, cabia adotarem a experiência europeia como referencial na instituição dos seus patrimônios. O ICOMOS é um exemplo de organização internacional especializada responsável por legitimar e difundir estas concepções.

Em 1964 será publicada a Carta de Veneza, a qual já foi citada anteriormente, mas que reafirma a disciplinarização do patrimônio histórico:

PATRIMÔNIO AOS OLHOS DE QUEM?
UM BREVE ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO 'PATRIMÔNIO HISTÓRICO'
JANDSON BERNARDO SOARES E WENDELL DE OLIVEIRA SOUZA

A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental^{XXI}

Entretanto, essa disciplina ainda está nesse momento, engatinhando, construindo técnicas e incentivando a pesquisa no âmbito. Tal fato pode ser reforçado na exigência que se faz para que cada encontro gere um documento, capaz de ser estudado por pesquisadores, ou seja, fazia-se necessário produzir um saber-poder para legitimar as decisões que estavam a ser tomadas em relação ao patrimônio cultural (histórico), ao mesmo tempo em que contribuiriam para um avanço na área. Se a década de 1960 pode ser mencionada como um período de internacionalização da ciência que ampara o Patrimônio Histórico, a década de 1970 ficaria conhecida pela criação das estruturas burocrático administrativas que seriam responsáveis por gerir esse patrimônio.

Tal fato pode ser observado no Compromisso de Brasília^{XXII}, de 1970, que convoca a participação dos Estados e Municípios na defesa do patrimônio brasileiro. Para isso buscou-se a construção de órgãos especializados regionais e estaduais, todos eles orientados pelo órgão nacional (DPHAN). Ao mesmo tempo se chamou atenção para a necessidade de constituição de um corpo especializado local para tratar do patrimônio, envolvendo diversas áreas do conhecimento, como arquivologia, engenharias, arquitetura e artes plásticas; sendo necessária assim a criação de cursos de nível superior ofertados pelo Estado.

No que diz respeito à formação desse corpo profissional o Compromisso de Salvador^{XXIII}, de 1971, faria importantes apontamentos, como a necessidade do IPHAN em estabelecer parcerias com as universidades, aproveitando assim estudantes de áreas afins do patrimônio que pudessem estabelecer colaborações, ao mesmo tempo em que passa a buscar junto a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) financiamento para a formação de novos profissionais que pudessem servir a área, assim como novas pesquisas.

Esse mesmo documento sinaliza para a criação do Ministério da Cultura e de secretarias ou fundações de cultura no âmbito estadual, forma de tornar o Estado mais presente, este que passaria a ganhar mais responsabilidades, como a constituição de planos diretores que aderissem à proteção do Patrimônio Cultural e Histórico, assim como constituísse fundos orçamentários, os quais poderiam ser supridos através de parcerias com os órgãos responsáveis pelo turismo. A década de 1970 marca também um processo de alargamento do patrimônio nacional, abarcando assim os patrimônios paisagísticos, assim como marca a preocupação que se tem pela continuidade do uso dos patrimônios históricos.

A década de 1980 vai aprofundar a discussão a respeito do uso do patrimônio, iniciada nos documentos da década de 70. Fato que fica demonstrado pela política de tombamento das cidades históricas, explicitada pela Carta de Washington^{XXIV}, de 1986, a qual define os elementos que pontuam o centro urbano histórico, assim como as medidas possíveis para incentivar os sujeitos na preservação das cidades históricas, como a educação patrimonial e os usos nas formas cotidianas, de forma a incentivar aos sujeitos a exercerem a cidadania.

Já a década de 1990, tem seu panorama expresso através da Carta do Rio de 1992, a qual revela a utilização do patrimônio como forma de alargar os valores democráticos e incluir as minorias como importantes na participação efetiva da gestão do patrimônio, como se pode ver na citação a seguir ao tratar da participação das mulheres:

As mulheres desempenham um papel fundamental no planejamento do meio ambiente e no desenvolvimento. É, portanto, **imprescindível** contar com sua plena participação para conseguir o desenvolvimento sustentável^{XXV}. (Grifos nossos)

O mesmo acontece com os indígenas,

PATRIMÔNIO AOS OLHOS DE QUEM?
UM BREVE ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO 'PATRIMÔNIO HISTÓRICO'
JANDSON BERNARDO SOARES E WENDELL DE OLIVEIRA SOUZA

As populações indígenas e suas comunidades, assim como outras comunidades locais, desempenham um papel **fundamental** no planejamento do meio ambiente e no desenvolvimento, graças aos seus conhecimentos e práticas tradicionais. Os Estados deveriam reconhecer e aprovar devidamente sua identidade, cultura e interesses e tornar possível sua participação efetiva na obtenção do desenvolvimento sustentável^{XXVI} (Grifos nossos)

É importante perceber que a própria escolha das palavras que selecionamos em ambos os trechos, possuem função conciliadora, demonstrando assim que não se trata apenas de superar as diferenças em termos externos, em nível das nações, mas resolver as próprias disputas internas, garantindo assim a convivência respeitosa entre os diversos grupos que compõem a sociedade que partilha dado território. Em 1995 esses valores democráticos apareceriam de forma mais explícita na Carta de Brasília^{XXVII}, a qual registrou o reconhecimento da excepcionalidade cultural que compõe o cone-sul:

Há que caracterizar a composição diversificada da autenticidade da identidade dos nossos países, que não é hierarquicamente inferior à homogeneidade de outras culturas e, portanto, devemos reconhecer os valores das majorias e das minorias, não apenas das culturas dominantes, como também das formas de resistir a estas forças^{XXVIII}.

O reconhecimento a essa diversidade, que é mencionada na Carta do Rio e na de Brasília, demarcam um momento importante na história do Cone Sul, que está a desenvolver sua primeira década de experiência democrática, pós-regimes ditatoriais civis-militares.

É importante compreender que as Normas de Quito, como uma forma de ampliação dos valores capitalistas do mundo liberal ocidental, exploram todas as formas possíveis de se gerar capital, ao mesmo tempo associada com a concepção desenvolvimentista das nações em que se fazia necessário contribuir com o aumento da qualidade de vida das nações mais pobres, ditas de Terceiro Mundo, como as Africanas e as Sul-americanas. Possibilitando o erigir do patrimônio como uma forma de gerar recursos para esse desenvolvimento, se fazendo necessário assim adotar parcerias com os setores de turismo em suas diversas escalas. Tal fato será visto com maus olhos tanto por Carlos Lemos, como por Françoise Choay, que veem nessa atividade uma forma de predação do patrimônio.

Considerações finais

Pode-se observar ao longo do texto o quanto o Patrimônio Histórico se liga as demandas de cada período a que se vincula, ficando clara assim sua natureza histórica, ao mesmo tempo em que este tem a característica de ser estruturalizado, à medida que carrega as características cada tempo histórico o atribui; e de ser estruturalizante, colaborando assim como um elemento que compõe a visão de mundo da sociedade a que ele está vinculado. Tal fato nos permite dizer que cada sociedade em cada tempo histórico escolheu o que guardar e como guardar, ao mesmo tempo em que os elementos selecionados foram direcionadores das suas formas de perceber o mundo.

Assim faz-se necessário compreender as articulações que as pessoas em seu cotidiano fazem do patrimônio histórico, ao mesmo tempo em que também constituem seus próprios patrimônios e lugares de memórias. Dessa forma não se tem que conscientizar ou ensinar o que é patrimônio, mas refletir o que também é patrimônio e como este liga os indivíduos a uma coletividade.

PATRIMÔNIO AOS OLHOS DE QUEM?
UM BREVE ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO 'PATRIMÔNIO HISTÓRICO'
JANDSON BERNARDO SOARES E WENDELL DE OLIVEIRA SOUZA

Notas

- ^I Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- ^{II} Graduando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- ^{III} Professora Associada I do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- ^{IV} FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa*. 6ª ed. Curitiba: Positivo, 2006. p. 615.
- ^V Declaração publicada em 09 de outubro de 1996, feita a partir da Carta internacional do ICOMOS (International Council on Monuments and Sites – trad. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) sobre proteção e gestão do patrimônio cultural subaquático ratificada pela 11ª Assembléia Geral realizada em Sofia, Bulgária, de 5 a 9 de outubro de 1996.
- ^{VI} ICOMOS. *Declaração de Sofia*. Sofia, 1996. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=267>> Acesso em: 03 Set. 2013. p. 01
- ^{VII} SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. *Dicionário de conceitos históricos*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 324.
- ^{VIII} CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001. p. 31.
- ^{IX} CHOAY, Françoise. *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. p. 18.
- ^X *Ibidem*, p. 20.
- ^{XI} CHOAY, *Op. cit.*, 2001. p. 120.
- ^{XII} CHOAY, *Op. cit.*, 2011. p. 29.
- ^{XIII} CHOAY, *Op. cit.*, 2001. p. 125-127.
- ^{XIV} CHOAY, *Op. cit.*, 2001. 145-148
- ^{XV} Carta Internacional sobre a conservação e restauração de monumentos e sítios, de maio de 1964. Foi publicada após o 2º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.
- ^{XVI} ICOMOS. *Carta de Veneza*. Veneza, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>> Acesso em: 03 Set. 2013. p. 01.
- ^{XVII} Publicada após a Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento havendo se reunido no Rio de Janeiro, Brasil, de 13 a 14 de junho de 1992.
- ^{XVIII} Documento tornado público após a Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico – OEA – Organização dos Estados Americanos, entre novembro e dezembro de 1967, em Quito no Equador.
- ^{XIX} OEA. *Norma de Quito*. Quito, 1967. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238>> Acesso em: 03 Set. 2013. p. 01.
- ^{XX} Um exemplo de desta sobreposição é o caso brasileiro. Segundo Carlos Lemos, desde a década de 1920 já se discutia no país a elaboração de projetos que definissem o que deveria ser preservado no que diz respeito a nossa cultura e ao nosso passado. Na década de 1930, Mário de Andrade propugna um projeto de preservação do patrimônio histórico brasileiro. Esta proposta não vingou devido ao alto custo de implementação, problema comum nos processos de patrimonialização da época.
- ^{XXI} ICOMOS, *Op. cit.*, 1964. p. 02.
- ^{XXII} 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais, em abril de 1970 no Distrito Federal, Brasil.
- ^{XXIII} 2º Encontro de Governadores para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, em outubro de 1971, na cidade de Salvador, Brasil.
- ^{XXIV} Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, de 1986, Washington, capital dos Estados Unidos da América.
- ^{XXV} CONFERÊNCIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. *Carta do Rio*. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=263>> Acesso em: 03 Set. 2013. p. 05.
- ^{XXVI} *Idem*.
- ^{XXVII} Documento regional do Cone Sul sobre autenticidade, Brasília, 1995, Brasil.
- ^{XXVIII} ENCONTRO DE GOVERNADORES. *Compromisso de Brasília*. Brasília, 1970. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=240>> Acesso em: 03 Set. 2013. p. 03.

Referências consultadas

CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.

CHOAY, Françoise. *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa*. 6ª ed. Curitiba: Positivo, 2006. pp. 615.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é Patrimônio Histórico?* São Paulo: Brasiliense, 2000.

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. *Dicionário de conceitos históricos*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2010. pp. 324.

Fontes

1º SEMINÁRIO BRASILEIRO PARA PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS. *Carta de Petrópolis*. Petrópolis, 1987. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=257> > Acesso em: 03 Set. 2013.

CONFERÊNCIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. *Carta do Rio*. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=263> > Acesso em: 03 Set. 2013.

DOCUMENTO REGIONAL DO CONE SUL. *Carta Brasília*. Brasília, 1995. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=265> > Acesso em: 03 Set. 2013.

ENCONTRO DE GOVERNADORES. *Compromisso de Brasília*. Brasília, 1970. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=240> > Acesso em: 03 Set. 2013.

ENCONTRO DE GOVERNADORES. *Compromisso de Salvador*. Salvador, 1971. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=241> > Acesso em: 03 Set. 2013.

ICOMOS. *Carta de Veneza*. Veneza, 1964. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236> > Acesso em: 03 Set. 2013.

ICOMOS. *Carta de Washington*. Washington, 1986. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=258> > Acesso em: 03 Set. 2013.

ICOMOS. *Declaração de Sofia*. Sofia, 1996. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=267> > Acesso em: 03 Set. 2013.

OEA. *Norma de Quito*. Quito, 1967. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238> > Acesso em: 03 Set. 2013.